

Escritas de índios em folhas de papel branco-linho

Marta Maria de Araújo

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
martaujo@digi.com.br



O colecionador é um tipo inusitado. Tal como o mais reles mortal, habita um mundo por definição inacabado, cuja origem se perde no tempo. À semelhança do sonhador e dos caracóis, porém, quem coleciona carrega o seu mundo por onde quer que vá. (FLORENTINO, 2008).

O guardador de papéis e objetos escolares avulsos ou encadernados parece ser diferente do colecionador. O guardador de papéis – ou melhor, o pesquisador da cultura –, com uma intencionalidade, reúne, agrupa, desagrega objetos pedagógicos diversos (manuscritos, regulamentos, livros, palmatórias, fotografias, folhas avulsas), cuja destinação ordinária esforça-se para reinterpretar com rigor indispensável à compreensão histórica.

Exercícios escritos sobre o suporte de folhas avulsas de papel branco-linho, antecedentes dos cadernos escolares constituem-se em vestígios documentais para o conhecimento da escola e da escolarização das primeiras letras, especialmente dos índios-alunos da Vila de Estremoz (1760)

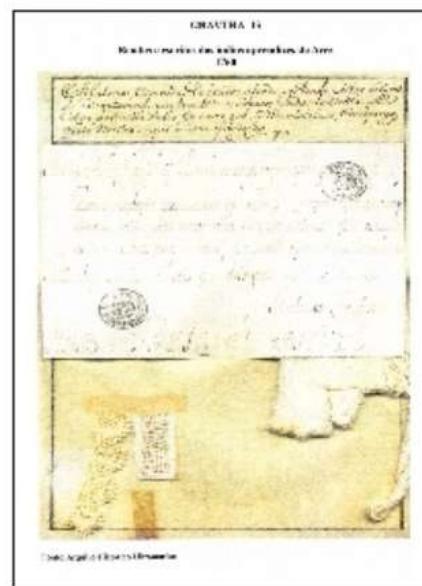
e da Vila de Arez (1760), pertencentes à Capitania do Rio Grande do Norte. Tais Vilas foram elevadas em substituição aos Aldeamentos Indígenas, administrados por padres jesuítas e por frades carmelitas e capuchinhos.

Logo depois da expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, escolas com paredes de madeira e telhado de sapê foram erguidas na Vila de Estremoz e na Vila de Arez, dentre todas as demais. A escola da Vila de Extremoz, com aproximadamente 160 meninos matriculados, passou a ser regida pelo professor Antônio de Barros Passos. A escola da Vila de Arez, com um número equivalente de alunos matriculados, foi dirigida pelo professor Domingos Jacques da Costa. As meninas-índias destinaram-se basicamente às aprendizagens manuais de fiar, tecer e fazer rendas. (LOPES, 2006).

Por decisão do governador de Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, foi enviada para as respectivas Vilas a “cartilha francesa”, datada de 1759 – *Breve Instrução para ensinar a doutrina cristã, ler e escrever aos meninos, e ao mesmo tempo os princípios da língua portuguesa e sua ortografia* (traduzida em 1760, pelo jesuíta Francisco Guedes Cardoso e Menezes), ao lado de penas de ganso, tintas e folhas avulsas de papel branco-linho.

Um *corpus* de quatro (4) exercícios escritos pelos índios-alunos da Vila de Estremoz (antes Aldeamento de Guajiru) e da Vila de Arez (antes Aldeamento de Guaráras), em folhas avulsas de papel branco-linho, datados de 1760, e enviados para o Rei de Portugal Dom José I (1750-1777), por suas excelências (encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, pela profª. Fátima

Martins Lopes, pesquisadora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), permite-nos compreender traços de uma circularidade multifacetada de ensino e aprendizado constitutivo de uma escolarização de primeiras letras (como assim chamada), sob a efetivação da cultura escrita.



Naquele século XVIII e parte do XIX, os alunos da escolarização primária não possuíam cadernos, sequer na França, como ressaltam Hébrard (2000) e Anne-Marie Chartier (2007). Anterior à produção industrial do caderno com papel de celulose, os alunos escreviam tanto com pena de ganso como com lápis em folhas soltas e folhetos finos costurados, os quais seriam os substitutos das ardósias, do quadrado de areia fina, das tabuínhas cobertas por uma resina. Conforme Hébrard (2001), a generalização do caderno, no primeiro terço do século XIX, tornou-se um acontecimento marcante na evolução da escolarização primária francesa.

Na Capitania do Rio Grande, aproximadamente entre 1678 e 1762, padres jesuítas e frades carmelitas e capuchinhos no cumprimento de *Missões de Aldeamento*, instalaram escolas de primeiras letras anexas à catequese, impreterivelmente para moldar a alma plástica dos índios para o amor a Deus e aos monarcas portugueses. Tempos antes, a catequese em aldeias e “aldeotas”, como parte do roteiro das *Missões Volantes* (1605-1613?), tendo sempre à frente dois padres jesuítas, havia dado provas cabais de insuficiência, para assegurar a profissão da fé católica entre a população indígena.

Para garantir as bases culturais da colonização, a unificação de pensamento, os bons costumes e a consolidação da fé católica, tornou-se indispensável que os índios e os filhos dos colonos tivessem uma aprendizagem mínima da leitura, da escrita, da aritmética e da doutrina católica. Para além desses saberes culturais circulantes, a escolarização de base na cultura escrita e oral conferia centralidade no trabalho escolar pelo ofício de um mestre de primeiras letras.

Pensar a escolarização das primeiras letras dos índios-alunos da Vila de Estremoz e da Vila de Arez, a partir dos exercícios escritos sobre o suporte de folhas avulsas de papel branco-linho é, antes de tudo, perceber que a criança concebida pela razão moderna era um aluno de aprendizagens culturais modernas, porém afastado do seu meio envoltório mais íntimo – a família. Ao mesmo tempo, as primeiras aprendizagens culturais na e pela escola introduziam a catequese como parte indispensável da escolarização da criança.

Quais os suportes materiais dessa escolarização e seus usos pedagógicos? Um suporte obrigatório nas escolas dos alunos-índios da Vila de Estremoz e da Vila de Arez foi a cartilha *Breve Instrução para ensinar a doutrina cristã, ler e escrever aos meninos...* ao lado das indispensáveis folhas avulsas de papel branco-linho, destinadas à escrita caligrafada das letras romanas (A b c d e f g h i l m n o p q r t u x z), à escrita caligrafada das letras capitais romanas (A B C D E F G H I L M N O P Q R S T U X Z), bem como à leitura e a inevitável memorização oral.

Como etapa da escolarização das primeiras letras, a aprendizagem da escrita caligráfica e do respeito às regras específicas da língua nacional para o bem falar e o bem escrever, já eram “sagrados” antes ou simultaneamente às reformas dos Estudos Menores (Alvará de 25 de junho de 1759), decretadas um ano antes por iniciativa de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Põe-se assim à aprendizagem nascente “[...] um automatismo de escrita, na reprodução de uma fórmula, no sentido quase litúrgico do termo [...]”, para fazer com que os alunos-índios da Vila

de Estremoz e da Vila de Arez adentrassem nas prescrições da arte caligráfica cursiva, na norma e estilo de escrita moderna, em concomitância com a arte de ler e memorizar textos edificantes. (HÉBRARD, 2001, p. 130; HÉBRARD, 1990).

Na alternância dos exercícios escritos, sob suporte de folhas avulsas de papel branco-linho, sobressai-se uma sucessão de “lições” ditas exemplares – provérbios, máximas morais ou religiosas – aprendidas por meio de repetida recitação, da cópia modelo e dos translados modelares da “cartilha francesa”.

A mão bem treinada na escrita cursiva dos alunos-índios Francisco Dias, José Soares e Teodósio da Costa (moradores da Vila de Estremoz), pelos exercícios escritos sob suporte de folhas avulsas, levou-os a uma escrita ortográfica de uma legibilidade absoluta, bem como de uma aprendizagem de contornos moral e religioso.

Roseira para dar e menino para aprender, ambos carecem de ter quem os bem os possa atesourar, e se os não querem lastimar, nem com pena nem com dor, no fim se virão achar um sem fruto outro. Feita hoje segunda feira de manhã em 28 de julho. (DIAS, 1760, fl. 1, gravura 16).

[...]

A luz do espírito santo vá a nossa companhia meninos com alegria cantem todos, como eu canto, pois que da fé tendes luz vinde todos, a escola aprender o que se ensina da parte do bom Jesus. Feita hoje segunda feira de manhã em 28 de julho. (SOARES; COSTA, 1760, fl. 1, gravura 16 e 17).

Na ambiência escolar da Vila de Arez, igualmente tendo a mão bem treinada na escrita cursiva os alunos-índios Ancelmo Bandeira e Antônio Fructuoso, sob suporte de folhas avulsas, exercitaram-se por meio de lições edificantes, não como um fim em si mesmo, mas como parte das aprendizagens culturais vinculadas ao contexto imediato.

*Materiais, e amostras de rendas, e fiado por donde se faz evidente o adiantamento que tem tido os rapazes Índios da Villa de Arez, da escola de ler, e escrever, que se lhes estabeleceu, e as raparigas na da Mestra em que andam aprendendo. Feita hoje sesta fr.^a aos 22 de agosto de 1760 anos. (BANDEIRA; FRUCTUOSO, 1760. fl. 1, gravura 14 e 15).
[...]*

Quem na glória quer entrar, que aos bons é prometido, deve logo começar vida nova, nova vida na Celestial Cidade, disse o Anjo a São João não entrará fealdade nem nódoa de corrupção. Feita hoje sesta fr.^a aos 22 de agosto de 1760 anos. (BANDEIRA; FRUCTUOSO, 1760. fl. 1, gravura 14 e 15).

O tempo de ir ou estar com freqüência na escola era um tempo invariavelmente distribuído em dias, meses e ano letivo. Em proveito de uma escolarização instrutiva, educativa e catequética, os exercícios escritos, com boa caligrafia, por meio de uma pena portando tinta preta, esmeravam-se por fixar em cada aluno, aprendizagens concernentes ao dia da semana (sexta-feira), relativo ao mês (agosto) e ao do ano (1760), bem assim aos seus nomes de batismo (Ancelmo Bandeira, Antônio Fructuoso, Francisco Dias, José Soares, Teodósio da Costa).

Os mestres Antônio de Barros Passos e Domingos Jacques da Costa — alunos que um dia já foram — firmaram a indispensabilidade do suporte de folhas avulsas para a reprodução das

aprendizagens circulantes, tidas como verdadeiramente legítimas para a vida civil (deveres para com o monarca, o Estado Português e a língua vernácula), para os costumes morais (deveres de caráter para consigo e para com os outros) e para o catolicismo (deveres com Deus e com a doutrina católica). Todas essas aprendizagens destinavam-se não somente a reverter-se na serventia do índio para com o crescimento espiritual e temporal, mas, outrossim, a suplantar as práticas “rudes” ritualísticas dos antepassados.

As folhas avulsas de papel branco-linho como espécie de suporte austero, sóbrio, ganhavam vida pedagógica por fazer com que os alunos-índios da Vila de Estremoz e da Vila de Arez pertencessem a uma comunidade cristã católica e de foro português. Todavia, não se poderia deixar de observar que aqueles exercícios escritos dirigidos às aquisições de aprendizagens culturais, repartiam-se pelos específicos saberes da linguagem, da aritmética, da moral e da religião.

O estatuto da escolarização das primeiras letras vinha a ser o preâmbulo imprescindível para as práticas sociais ordinárias, donde certos ofícios possuíam estreita dependência com a cultura escrita, contábil e catequética. As folhas de papel avulso como suporte dos exercícios dos alunos-índios da Vila de Estremoz e da Vila de Arez, veladamente auxiliariam numa escolarização cristã de base escrita em circulação, perante a didatização do ensino e do aprendizado multifacetados. A escolarização antecipava para aqueles índios-alunos de já não serem mais o que sempre foram. Escolarizados, haveriam de adaptar-se a um mundo perpetuamente mutante.

Referências bibliográficas

- CHARTIER, Anne-Marie. *Práticas de leitura e escrita – história e atualidade*. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2007.
- FLORENTINO, Manolo. Muito mais que um hobby. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 7, 9 mar. 2008. (Mais).
- HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 1, p. 65-109, 1990.
- _____. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias. A escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos. (Org.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.
- _____. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 1, p. 115-141, jan./jun. 2001. (Tradução Laura Hansen).
- LOPES, Fátima Martins. Educação indígena para as letras e para o trabalho nas vilas de índios do Rio Grande do Norte, sob o diretório pombalino no século XVIII. In: SILVA, Kalina Vadnerlei. (Org.). *Ensaios culturais sobre a América açucareira*. Recife: GEHSCAL, 2006. 1 CD-ROM.